

## NECESSIDADE DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA UM ADEQUADO PROCESSO DE INCLUSÃO SOCIAL EDUCATIVA

Lourdes Angélica Pacheco Cermeño<sup>1</sup> (L. A. P. C.)  
*Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pacheco.lourdes@yahoo.es*

Eixo: Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade  
Agência Financiadora: não contou com financiamento

### Resumo

A formação do professor surge como um fator importante para o processo de transformação que está acontecendo no ensino, caracterizado por alterações curriculares e metodológicas. Neste contexto, este trabalho apresenta um relato de vários fatos e experiências durante o exercício da profissão docente, colhidos em lugares como uma Academia de polícia, uma universidade privada e uma escola, todas localizadas na cidade de Lima-Peru. O presente artigo aborda as várias dificuldades encontradas durante o desenvolvimento das aulas, refletindo sobre a necessidade de se formar professores que sejam treinados e preparados para enfrentar as adversidades que poderão encontrar, o que pode favorecer o processo de aprendizagem e o bom desenvolvimento de seus alunos, gerando bem-estar e alcançando o objetivo de oferecer educação de qualidade. A inclusão social dentro das salas de aula é muito importante, já que os alunos podem aproveitar as aulas de maneira adequada, contando com metodologias e ferramentas que propiciem o processo de ensino-aprendizagem. No entanto, muitas vezes, os professores não estão preparados para enfrentar os problemas que surgem durante as aulas e não conseguem atingir o objetivo proposto, provocando uma situação de inconformidade e frustração tanto para o docente como para o aluno. A inclusão social significa a integração à vida comunitária para todos os membros da sociedade, independentemente da sua origem, da sua atividade, o seu nível socioeconômico etc. Por isso, é relevante que as universidades formem pedagogos que estejam preparados para todos os possíveis problemas que se apresentam no dia a dia das salas de aula, e todos os alunos sejam incluídos dentro da escola ou universidade.

**Palavras-chave:** Formação docente. Inclusão social. Experiências.

---

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia Organizacional: Comportamento Organizacional e Recursos Humanos pela Universidade Ricardo Palma - Peru. Professora Universitária da Universidade As Américas (ULAS). Ex-professora da escola da polícia-Peru. E-mail: pacheco.lourdes@yahoo.es

## *Introdução*

Este documento apresenta experiências vividas em aulas na Escola César Vallejo, localizadas em Lima-Peru, com o intuito de analisar suas relações com o processo de ensino-aprendizagem.

Devido às necessidades apresentadas na instituição, intentou-se fazer um relato destas experiências com a finalidade de interiorizar e refletir sobre a importância da formação docente para o processo de ensino-aprendizagem, pois, muitas vezes, os docentes não contam com as ferramentas e as metodologias necessárias para lograr êxito em seus objetivos a curto e longo prazo.

O Grupo de Análise para o Desenvolvimento (GRADE) fez um análise sobre a educação peruana durante a realização do Seminário Internacional “Mudanças Institucionais para um Estado Mais Inclusivo”, no qual se discutiu sobre a contribuição do atual modelo educacional peruano para equidade e eficiência de gestão.

Cueto (2012) reconheceu que a educação peruana avançou em alguns aspectos, mas o desafio continua, pois geralmente as conquistas de aprendizagem de seus alunos estão ligadas às condições de suas famílias. De acordo com o autor, as estatísticas nacionais mostram há anos que as crianças que têm resultados piores nos testes de aprendizagem são aquelas que vivem em áreas rurais pobres, têm língua materna indígena e suas mães só têm educação primária completa. O estudo observa que, apesar disso, o Estado investe mais nas escolas para a população das famílias urbanas, geralmente com mais educação e recursos, o que mantém ou aumenta a desigualdade.

O pesquisador sugeriu que, no futuro, não se pense apenas em metas nacionais, mas também em metas para reduzir as lacunas entre escolas urbanas e rurais, o que poderia incluir indicadores de desempenho dos alunos em testes nacionais e níveis de provisão de materiais didáticos e infraestrutura para escolas. Desse modo, é preciso que os sistemas educacionais sejam mais flexíveis, atendo às necessidades particulares dos estudantes (CUETO, 2012).

De acordo com Martín Vegas, vice-ministro de Gestão Pedagógica do Ministério da Educação - MINEDU (PERÚ, 2017), a atual administração tem promovido iniciativas para a redução das desigualdades educacionais, o que é um objetivo difícil de alcançar, devido às restrições orçamentárias. Somente na universalização da educação inicial (para todo o país) seria gasto o montante do incremento anual de 4% das

despesas correntes estabelecidas pelos quadros macroeconômicos.

Na mesma linha, Valdivia (2012, p.5) propõe dois critérios para melhorar a descentralização educacional: definir qual instância pode servir melhor para apoiar e promover a melhoria dos processos associados à qualidade educacional nas escolas - de acordo com a proximidade geográfica, disponibilidade de recursos e a facilidade de ligação, bem como a tomada em consideração da heterogeneidade das regiões e localidades do nosso território nacional.

O Ministério de Educação do Peru (MINEDU) fez mudanças significativas para tentar melhorar a educação no país. A Resolução Ministerial 281-2016-MINEDU, publicada em 03 de junho, aprovou o Currículo Nacional de Educação Básica, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017 em todas as instituições e programas educacionais públicos e privados do país.

O Ministério afirma que esta atualização levará o melhor do currículo avançado no Peru e entre suas principais características estão o compromisso com abordagens transversais, como o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), seu vínculo com o mundo do trabalho e educação cívica, sua ênfase em uma avaliação formativa e não apenas qualificada, a expansão da instrução de língua inglesa na escola primária, o aumento das horas de Educação Física, Arte e Cultura e Tutoria, e a inclusão do espanhol como segunda língua para estudantes com língua materna nativa ou indígena.

O Currículo Nacional de Educação Básica, como instrumento básico da política educacional, visa melhorar a aprendizagem dos alunos e enquadra os esforços feitos pelo MINEDU para melhorar a competitividade, a infraestrutura educacional e a gestão dos professores e das instituições educacionais. Sua implantação será progressiva e incluirá diversificação curricular entre as regiões, treinamento de professores e desenvolvimento de ferramentas curriculares e materiais para toda a comunidade educacional.

Com isso, será possível reduzir os casos de exclusão social no contexto escolar. Aramburú e Figueroa (2000) menciona que a exclusão social é vista ou compreendida de maneiras muito diferentes, como a marginalização, o racismo, a pobreza, a negligência, o atraso, o subdesenvolvimento, a desintegração ou qualquer outro problema que uma pessoa ou grupo possa sofrer, o que não contribui para a tomada de decisões ou para a formulação de políticas públicas adequadas para reduzir a exclusão.

A declaração de Salamanca se centra na educação de crianças com necessidades educacionais especiais. O conceito de inclusão social educativa não é o mesmo que tem o Peru, por isso não é possível estabelecer essa relação. Esta declaração tem como princípio orientador que as escolas devem acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Isso generaliza a expressão de necessidades educacionais especiais: o conceito de integração escolar é reforçado e, com ele, a revisão da chamada Pedagogia Especial ou Diferencial, baseada no princípio da padronização, que proclama que as crianças com deficiência devem se beneficiar dos serviços educacionais ordinários da comunidade.

No Peru, há escolas especializadas somente para estudantes com necessidades especiais, como Síndrome de Down, Transtorno do Espectro Autista e outras patologias que dificultam seu processo de aprendizagem e, portanto, precisam de professores e psicólogos preparados para atuar na Educação Especial. Estas escolas contam com os profissionais que têm essa qualificação, os quais dominam técnicas e procedimentos para conseguir a aprendizagem destes estudantes. Os alunos não são misturados com os demais que não possuem essas necessidades especiais porque não se resolve o problema apenas ao colocar no mesmo ambiente, sem as condições necessárias para lograr a aprendizagem. Enquanto no Brasil isso se chama Educação Inclusiva, não usamos os mesmos termos no Peru e a realidade é totalmente diferente.

## **Metodologia**

A metodologia de acompanhamento foi utilizada neste trabalho. O acompanhamento como metodologia de intervenção social permite orientar a ação profissional para processos de mudança, com a pessoa e com o meio ambiente.

Raya (2001, p. 225) definem:

Acompanhar é olhar para a pessoa e sua história de forma diferente, para que eles possam se ver diferente. É acreditar em suas potencialidades, ajudando-o a tomar consciência e desenvolver, seja qual for o seu estado atual. Acompanhar é mediar entre as instituições, mais ou menos burocratizadas de uma sociedade e as pessoas que, por serem excluídas, não podem afirmar seus direitos.

Esta metodologia nos permite elaborar um projeto com a pessoa, levando em consideração o ponto de partida e as condições do contexto (econômico, político, social,

cultural) que atuarão como fatores de risco ou proteção. O acompanhamento não é o mesmo que “direcionar ou guardar”, nem “carregar”, nem atender em tempo hábil. “Implica reconhecer o protagonismo dos sujeitos no desenvolvimento de seu processo e colocar-se na posição daqueles que estão ao seu lado ao longo de um período, contribuindo elementos que ajudam o sujeito a se desenvolver” (AGUILAR; LLOBET, 2011, p. 218).

O acompanhamento é uma metodologia utilizada para trabalhar o relacionamento social e educacional, que envolve o processo de incorporação social com pessoas em situações de vulnerabilidade ou exclusão. É uma maneira de trabalhar usando recursos, métodos e técnicas, a partir de um pluralismo metodológico, com o objetivo de facilitar o desenvolvimento pessoal e promover a autonomia do sujeito em um processo de mudança. É uma maneira de entender a relação entre profissional e pessoa atendida, em uma relação horizontal, onde o profissional é colocado em uma posição de ajuda, orientação, suporte e não controle.

## **Resultados e discussão**

### *Experiência na escola de ensino fundamental César Vallejo*

Dentro das experiências vivenciadas como docente em uma escola de ensino fundamental, pude verificar a necessidade de formação continuada na carreira docente, com a finalidade de melhorar a atuação nas situações que geram exclusão social nas escolas.

A partir das vivências nas aulas, foi possível identificar situações problemáticas que geram exclusão e tentar modificá-las para reduzi-las, uma vez que os professores, no desenvolvimento de sua profissão, são fundamentais para ajudar aos alunos das classes mais desfavorecidas a deixarem o círculo de pobreza e exclusão. Além disso, os professores precisam conhecer e considerar a natureza do processo que leva o aluno a qualquer tipo de privação, como, por exemplo, a exclusão escolar, entendida como uma privação de oportunidades para alcançar o desenvolvimento educacional, e a falta de provisão dos recursos necessários.

Na escola privada “César Abraham Vallejo”, localizada no bairro de Villa Maria do Triunfo, em Lima-Peru, notei que os estudantes tinham muitos problemas familiares, vinham de lares desestruturados, alguns conviviam somente com algum de seus pais, ou moravam com os avós, no melhor dos casos.

Nessa experiência, pude observar que esses alunos tinham problemas de conduta e que os docentes não sabiam como enfrentar e resolver. Os alunos praticavam discriminação entre si. Um aluno afrodescendente recebia apelidos ofensivos e humilhantes de todos, e se defendia batendo em seus colegas. Sua família não ajudava no seu processo de educação: sua mãe era separada, havia contraído um novo casamento e corrigia a seus filhos batendo fortemente neles, quando tinham mau comportamento. Isso tornava seus filhos violentos, os quais tentavam solucionar seus problemas na escola usando a violência.

Na mesma sala de aula, havia uma menina surda e nenhum dos professores sabia a língua de sinais para se comunicar com ela. Ela também era excluída socialmente, porque a escola não contava com os recursos necessários para que ela pudesse aprender igualmente como seus outros colegas.

Eu ministrava o curso de Francês na escola, dando aulas em todas as turmas, até o último ano de ensino fundamental. Ali, pude perceber que a escola não estava preparada, e muito menos os professores tinham a preparação de tentar solucionar os problemas que geravam a exclusão social de alguns alunos na escola. Em outra sala de aula, havia um menino que tinha Transtorno do Espectro Autista, ele não participava nem aprendia da mesma forma que seus colegas, os outros alunos não interagiam nem aceitavam realizar atividades com ele, gerando também sua exclusão no contexto escolar.

A exclusão na escola provocou uma série de problemas e desigualdade de oportunidades. Mas, em vez de procurar soluções, como fazer capacitações para os docentes e estabelecer métodos pedagógicos adequados, interrogando sobre as finalidades da educação e implantando um melhor currículo, a única preocupação dos gestores da instituição era obter lucro financeiro.

Dentro dos procedimentos ou métodos utilizados que utilizei para tentar modificar as situações antes descritas, destaco: desenvolvimento de metodologias ativas e participativas, de acordo com os problemas antes mencionados; promoção de um clima favorável, garantindo aulas organizadas; adaptações ao currículo, para saber o quê, como, quando e com o quê ensinar e avaliar.

Os professores não ficavam muito tempo na escola, devido aos problemas com os alunos e com os pais, que procuravam os professores para discutir com eles de maneira desafiante.

Nós, professores, devemos estar comprometidos, participar na construção coletiva do projeto pedagógico, nos dedicar ao trabalho de ensinar a todos sem distinção alguma, dominar a matéria, respeitar a cultura e costumes dos estudantes, preparar aulas, assim como ir a eventos ou capacitações que nos permitam uma formação continuada docente, para afrontar as dificuldades e poder dar soluções concretas, corretas, responsáveis e viáveis.

As escolas e as universidades devem possuir um conjunto de recursos que possam garantir que as atividades educativas ocorram de modo eficaz. Para isso, é preciso fazer modificações nas organizações e no funcionamento da escola, de modo que os alunos com necessidades especiais usufruam dos recursos escolares e universitários de que precisam para alcançar os objetivos propostos pela educação.

Também nesta experiência, pude me dar conta que muitos professores não contavam com vocação para o magistério, resultando em uma falta de compromisso com a ação docente e, portanto, falta de envolvimento com as situações que geram exclusão social, pois davam aulas somente pelo salário.

*Como diminuir a exclusão social na escola?*

#### *Formação Docente*

Tardif (2014, p.258) afirma que, “se os pesquisadores universitários querem estudar os saberes profissionais da área do ensino, devem ir diretamente aos lugares onde os profissionais do ensino trabalham, para ver como eles pensam, falam e trabalham na sala de aula”.

O saber docente é composto por vários saberes vivenciados pelos professores. “Um professor mergulhado na ação, em sala de aula, não pensa, como afirma o modelo positivista do pensamento, como um cientista, um engenheiro ou um lógico” (TARDIF, 2014, p.272). A formação dos professores sempre será considerada muito importante porque permitirá implementar novas ferramentas e metodologias que ajudarão a melhorar a qualidade do ensino.

Carvalho (2005, p.26), ao tratar sobre formação docente, assevera que “a formação de professores será sempre importante para qualquer mudança educacional, sobretudo para a melhoria da qualidade do ensino”.

Assim, pensar a qualidade da educação, no contexto de formação de professores, significa “colocar-se à disposição da construção de um projeto de educação cidadã que propicia condições para a formação de sujeitos históricos capazes de conscientemente produzir e transformar sua existência” (CARVALHO, 2005, p.26).

Para Freire (1996), procurar conhecer a realidade que vivem nossos alunos é um dever que a prática educativa nos impõe. Sem isso, não temos acesso à maneira como pensam, dificilmente, então, podemos perceber o que sabem e como sabem.

### *Inclusão Social*

Wilson (2000, p.298) analisou documentos sobre a inclusão provenientes do Center for Studies on Inclusive Education e indicou que “o que se entende por uma Escola Inclusiva pressupõe uma escola centrada na comunidade, livre de barreiras (desde as arquitetônicas às curriculares), promotora de colaboração e de equidade”.

Um conceito de inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

A educação inclusiva envolve o direito de crianças, adolescentes, jovens e adultos a uma educação de qualidade, que considere e respeite as diferentes habilidades e necessidades educacionais, costumes, etnia, idioma, deficiência, idade etc., sem qualquer discriminação. Desse modo, todos os alunos se beneficiam de um ensino adaptado às suas necessidades, não se referindo apenas àqueles que podem ter necessidades educacionais especiais associadas à deficiência.

Nessa perspectiva, todas as crianças e adolescentes podem aprender, com o apoio e as adaptações necessárias, eliminando-se as barreiras que limitam a aprendizagem ou a participação de todas as crianças e adolescentes no sistema educacional, seja de natureza arquitetônica, social ou cultural.

A educação inclusiva procura gerar igualdade de oportunidades para todos. Marca um espaço em que todas as famílias, professores, comunidade e estudantes, sem diferenciação de cor, costumes, línguas, cultura, país ou outros fatores, independentemente de suas condições, podem alcançar altos níveis de realização. Assim, todos podem ser bem-sucedidos, competentes, pessoal e socialmente, podendo participar e

aprender a dialogar para viver juntos, sentindo que são uma parte importante e insubstituível de seu ambiente de referência social.

A aceitação de diferenças individuais, de acordo com Ainscow *et al.* (2001), é um dos fundamentos que geram inclusão. A heterogeneidade e as diferenças individuais são aspectos da experiência comum, por meio dos quais todas as crianças podem apresentar dificuldades de aprendizagem, as quais são, muitas vezes, o resultado da interação escola-estudante.

Ortiz (2000) afirma que o primeiro passo para uma escola inclusiva é a aceitação incondicional das diferenças e enfatiza que a diversidade fortalece as crianças da classe e oferece a todos os membros maiores possibilidades de aprendizagem.

Baylis *et al.* (1997) ressaltam que “a inclusão tem a ver com todas as crianças, os pobres, os doentes, pessoas com deficiência. Também tem a ver com os ricos, os saudáveis e os capazes...”.

Nesse sentido, deve-se considerar a educação especial como um direito de todas as pessoas, considerando suas necessidades, adaptando o meio educativo para que todos sejam incluídos e possam compartilhar as experiências de ensino-aprendizagem.

Os currículos escolares devem ser revistos para que tanto os objetivos quanto os conteúdos sejam suficientemente amplos, funcionais, relevantes e flexíveis, para facilitar, precisamente, que um número tão amplo e diversificado de alunos encontre oportunidades significativas e variadas para aprender. Não basta que um currículo seja amplo e relevante para a maioria dos alunos, ele deve ser capaz de ser adaptado quando necessário e atender às necessidades especiais de alunos particulares (ECHEITA; VERDUGO, 2004).

Quanto às estratégias de ensino, Ortiz (2000) sugere que o ensino e a aprendizagem devem ser processos interativos. Nessa nova compreensão, o ensino ocorre de modo mais complexo, considerando sua ação crítica básica, adaptando o currículo comum às diferentes necessidades individuais.

A escola inclusiva foi considerada como uma das principais formas de progresso de comunidades e sociedades, isto é, nas sociedades em que todos se desenvolvem, há o sentido de pertença, todos têm os mesmos direitos, oportunidades e responsabilidades. Isso explica por que a inclusão é um modelo projetado para alcançar a melhoria social, por isso, cada membro da comunidade deve estar comprometido para alcançar resultados inclusivos.

Nesse sentido, a inclusão não tenta se aplicar somente a um grupo excluído na vida escolar e comunitária. O objetivo é promover melhorias

na escola e sociedade para não deixar ninguém fora. Ou seja, focar a forma de construir um sistema que consiga responder às necessidades, abandonando a ideia de que os estudantes tenham que se adaptar às escolas.

### *Educação Especial*

Entende-se por educação especial a modalidade de ensino que inclui qualquer fase ou situação educacional para compensar necessidades individuais dos alunos, seja porque eles são considerados dotados ou algum dom ou talento individual, ou porque sofrem limitações ou deficiências.

Quando se trata de estudantes com altas habilidades ou superdotados, a educação será dedicada a fortalecer e estimular esses aspectos, por exemplo, trabalhando com agentes estimulantes, como jogos, enigmas, palavras cruzadas, criatividade, usando instrumentos musicais e muitas outras alternativas.

No caso de pessoas com deficiência, a educação dependerá das condições e limitações de cada indivíduo. Por exemplo, no caso de uma criança cega ou surda, as práticas de ensino serão diferentes, buscando abordar a aprendizagem através do uso de técnicas que estimulam os outros sentidos. Isso também pode ocorrer em casos de estudantes paralíticos ou tetraplégicos, que exigirão um reconhecimento particular de seu corpo e sua identidade. No caso das deficiências intelectuais, o uso de jogos lúdicos ajuda a promover o desenvolvimento cognitivo.

Este artigo não está baseado em nenhuma pesquisa aprofundada, tendo sido baseado somente na observação de fenômenos que atrapalham o processo de ensino-aprendizagem e mostram a necessidade de formar docentes que sejam capazes de afrontar novos desafios, contribuindo, assim, para que todos possam participar da comunidade escolar sem ser excluídos por diferenças raciais, culturais, econômicas, dentre outras. Por esse motivo, esta pesquisa não conta com dados estatísticos.

### **Conclusões**

A avaliação de programas e projetos sociais na perspectiva da exclusão social permite a identificação de novos critérios para estimar seu impacto e, acima de tudo, sua sustentabilidade. Superar, neste momento, a exclusão social significa não só reduzir as deficiências, aumentar e melhorar a infraestrutura, por

exemplo, em saúde, saneamento; mas também desenvolver e promover a educação, fornecendo o acesso a novas habilidades e conhecimentos.

Além disso, significa também criar e promover a integridade nacional, aceitando e reconhecendo as diferenças raciais e culturais, considerando-as ao elaborar políticas de mitigação da pobreza e inclusão social. Desta forma, um critério adicional para a avaliação das políticas deve ser a sua contribuição para a inclusão social.

Existe uma estreita relação entre pobreza e exclusão social, embora as dimensões da exclusão possam variar significativamente nos diversos grupos que compõem a sociedade, inclusive nos grupos de extrema pobreza. Nesse sentido, a importância de determinar quem foi excluído e de que forma foi e está sendo afetado deve ser reconhecida e calculada. Do mesmo modo, é necessário analisar quais medidas e programas podem ajudar a reduzir os níveis de exclusão social.

Os conceitos de inclusão social que têm os países do Peru e Brasil são opostos, porque a educação inclusiva brasileira considera os idosos e as pessoas que têm necessidades especiais; já no Peru, a Educação Especial está voltada para a inclusão social como o processo de melhoria das condições de indivíduos e grupos, de modo que possam fazer parte da sociedade, melhorando sua capacidade, ampliando as oportunidades e a dignidade das pessoas desfavorecidas por sua identidade.

Portanto, a igualdade de acesso defendida pela Declaração de Salamanca não é respeitada no Peru, por exemplo, na escola de oficiais da polícia, uma vez que estabelece como requisito para ingresso a aptidão física e psicológica, de acordo com avaliação médica realizada pela Diretoria Executiva de Saúde da Polícia Nacional do Peru.

## **Referências Bibliográficas**

AGUILAR, M.; LLOBET, M. Integralidade, acompanhamento, proximidade, incorporação: o papel dos serviços sociais. In: V. A. **Guia de recomendações e linhas de ação em inclusão social**. Madrid: Fundação Luis Vives, 2011.

AINSCOW, M.; HOPKINS, D.; SOUTWORTH, G.; WEST, M. **Rumo a escolas eficazes para todos**. Manual para a formação de equipes de ensino. Cambridge: Cambridge Universidade Press, 2001.

ARAMBURÚ, C. E.; FIGUEROA, C. O desafio de enfrentar a desigualdade da pobreza extrema no Peru. In: VÁSQUEZ; ARAMBURU; FIGUEROA; PARODI. **Os desafios da luta**

**contra a pobreza extrema no Peru.** Lima: CIUP-IDRC, 2000. Disponível em: <<https://cdfa.wordpress.com/2007/06/04/exclusion-social-en-el-peru/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

BAYLIS, P.; VAN HOVE, G.; CARRO, L.; HINZ, A. Manifesto do Grupo de cenoura: Inclusão e Integração. **The European Electronic Journal on Inclusive.** 1997.

CARVALHO, A. **Os caminhos perversos da educação:** a luta pela apropriação do conhecimento no cotidiano da sala de aula. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2005.

CUETO, A. **A hora azul.** Lima: Peisa: Anagrama, 2012.

ECHEITA, G. e VERDUGO, M.A. **A Declaração de Salamanca sobre Necessidades em educação especial 10 anos depois.** Avaliação e prospectivo. Salamanca: Início. 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GRUPO DE ANÁLISIS PARA EL DESARROLLO (GRADE). **Se discutió el aporte del modelo educativo actual peruano para la equidad y la eficiencia de la gestión.** Disponível em: <<http://www.grade.org.pe/novedades/se-discutio-el-aporte-del-modelo-educativo-actual-peruano-para-la-equidad-y-la-eficiencia-de-la-gestion/>>. Acesso em: 15 out. 2017.

ORTIZ, C. Para uma escola inclusiva. In.: MELERO, L. (Dir.) **Reflexões e contribuições para o estudo da educação infantil e primária no quadro de LOGSE.** Zamora: Editorial Group University, 2000.

PERÚ. MINISTERIO DE EDUCACIÓN. **Minedu oficializa nuevo Currículo Nacional de la Educación Básica para colegios públicos y privados.** Disponível em: <<http://www.minedu.gob.pe/n/noticia.php?id=38457>>. Acesso em: 15 out. 2017.

RAYA DÍEZ, E. **Aplicações de uma ferramenta de diagnóstico e pesquisa em exclusão social.** Trabalhos de trabalho social: jornal de trabalho social e ação social, 2010.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2014.

VALDIVIA, A. **A região humana.** Lima: Banco Central da Reserva do Peru, 2012.

WILSON, J. Doing justice to Inclusion. Oxford: **European Journal of Special Needs Education,** 2000.